

A.1.3

20/11/93

Praticamente concluída consulta do anteprojecto

— anuncia Aly Dauto

O Ministro da Justiça, Ossumane Aly Dauto, anunciou ontem estar praticamente concluída a consulta e o debate do Anteprojecto de Lei Eleitoral, na sequência dos progressos alcançados quinta-feira última em Maputo, durante o encontro entre o Presidente da República, Joaquim Chissano, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

Tais progressos relacionam-se com a questão do voto dos emigrantes nas eleições gerais do próximo ano, a composição do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) e das comissões provinciais e distritais deste órgão autónomo e independente de todos os poderes do Estado. Estes pontos constituíam a principal barreira que de há algumas semanas a esta parte impedia o avanço das consultas e debate do anteprojecto.

Aly Dauto, membro do Governo e responsável pela preparação do futuro código jurídico para as eleições do próximo ano, fez esta declaração à imprensa no final de um encontro da comissão técnica, no qual tomaram parte representantes dos partidos políticos, ontem convocados para abordar outras questões pendentes à volta daquele documento.

O encontro da comissão técnica, segundo Dauto, foi convocado na sequência dos resultados obtidos na reunião de quinta-feira entre o Presidente da República e o líder da Renamo. Nele, estiveram representados quase todos os partidos exceptuando a Renamo que, nas palavras do Ministro da Justiça,

deveria estar a ver todo o texto do anteprojecto para responder directamente ao Presidente da República sobre determinadas questões que possam constituir problemas.

O Ministro da Justiça reafirmou o optimismo do Governo de que o documento esteja concluído a breve trecho e submetido à Assembleia da República, cuja sessão foi convocada para o dia 29 deste mês, para a sua adopção dentro da nova calendarização do processo de pacificação do país.

Segundo a calendarização, o futuro código jurídico para as eleições deverá estar aprovado até ao último dia do mês em curso.

Na última quinta-feira, o Presidente da República, Joaquim Chissano, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, concordaram remeter à Comissão Nacional de Eleições para que este órgão decida sobre se os moçambicanos não habitualmente residentes no território nacional poderão ou não votar nas eleições gerais de Outubro do próximo ano.

No final do encontro com Dhlakama, o Presidente da República afirmou em relação àquele ponto que é uma questão

prática de ver se há ou não condições para que as eleições ocorram no estrangeiro. Aliás, a própria Renamo afirmou que não estava contra o princípio, mas sim trata-se de uma questão prática, razão pela qual ambos concordaram em remeter o assunto à CNE.

Relativamente à composição do STAE, Chissano e Dhlakama concordaram em suspender as discussões sobre esta matéria enquanto se avançam as consultas e o debate sobre todo o articulado do Anteprojecto de Lei Eleitoral.

Ao que soubemos, no breve encontro de ontem, a comissão técnica não chegou a encontrar questões pendentes que possam impedir o envio do anteprojecto ao Conselho de Ministros para apreciação e, posteriormente, à Assembleia da República para adopção como código jurídico que vai nortear o processo eleitoral no próximo ano.

Porém, a comissão técnica vai continuar as suas consultas para a apreciação global do documento na certeza de que tudo será feito sem se ultrapassarem os prazos previstos.